



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE,
SECRETARIADO EXECUTIVO E FINANÇAS.

BACHARELADO EM FINANÇAS

IAGGO FERREIRA DA SILVA

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS: APLICAÇÕES E MÉTODOS DE
APRENDIZAGEM

FORTALEZA

2017

IAGGO FERREIRA DA SILVA

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS: APLICAÇÕES E MÉTODOS DE
APRENDIZAGEM

Trabalho de Monografia apresentado ao Curso de Finanças da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Finanças.

FORTALEZA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S58e Silva, Iaggo Ferreira da.
Educação Financeira nas Escolas: Aplicações e Métodos de Aprendizagem / Iaggo Ferreira da Silva – 2017.
37 f. : il. color

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Finanças, Fortaleza, 2017.
Orientação: Prof. Dr. Vitor Borges Monteiro

1. Educação Financeira. 2. Educação Financeira nas Escolas. 3. Consumo Consciente. Título.
CDD 332

IAGGO FERREIRA DA SILVA

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS: APLICAÇÕES E MÉTODOS DE
APRENDIZAGEM**

Trabalho de Monografia apresentado ao Curso de Finanças da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Finanças.

Orientador: Prof. Dr. Vitor Borges Monteiro

Aprovada em ___/___/___.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Vitor Borges Monteiro (Orientador)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Glauber Marques Nojosa

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Francisco Gildemir Ferreira da Silva

Universidade Federal do Ceará (UFC)

RESUMO

O presente estudo tem o objetivo apresentar a importância da educação financeira, com foco para educação financeira para escolas. É notório que ao longo do tempo a relação da população com produtos financeiros foram mudadas, fato impulsionado principalmente pela gradativa estabilização da economia Brasileira e também a globalização ocorrida recentemente. O tema proposto é relativamente novo, tendo em vista que a cultura populacional não se preocupava nos últimos anos em educar financeiramente os indivíduos. Apesar de novo, o assunto da educação financeira é de extrema importância já que envolve a relação das famílias e indivíduos com as decisões econômicas. Deste modo, o estudo discutirá conceitos relacionados ao tema, um pouco do histórico e programas elaborados pelo governo e demais entidades não governamentais, também haverá uma apresentação de projetos pilotos elaborados em escolas do país. Para complementar todo esse arcabouço teórico, iremos propor metodologias que podem ser aplicadas em escolas nos diversos níveis de escolaridade. Buscou-se adotar métodos indiretos de ensino, ou seja, a educação financeira seria aplicada de forma transversal nas escolas, envolvendo outras temáticas comuns dos currículos escolares. Então, enfatizamos a importância da educação financeira ser trabalhada desde cedo, para que ao longo da vida essas crianças possam tornar-se estimuladas a fazer escolhas responsáveis, tornando-se futuros adultos conscientes e que tenham uma vida saudável financeiramente.

Palavras-Chave: Educação Financeira. Educação Financeira nas Escolas. Consumo Consciente.

ABSTRACT

This study aims to present the importance of financial education, focusing on financial education in schools. It is well known that over time the population's relationship with financial products has been changed, driven mainly by the gradual stabilization of the Brazilian economy and also of recent globalization. The proposed theme is relatively new, considering that population culture has not been concerned in recent years in educating individuals financially. Although a new topic, financial education is paramount important as it involves the relationship of families and individuals to economic decisions. Thus, the study will discuss concepts related to the theme, somewhat historical facts, and programs developed by the government and nongovernmental entities. In addition, it will be presented pilot projects prepared in schools around the country. To complement this theoretical framework, it will propose methodologies that can be applied in schools at different levels of schooling. Indirect methods of teaching were adopted. In other words, financial education would be applied transversally in schools, involving other common themes in the school curriculum. Then, we emphasized the importance of financial education must being studied in schools as early as possible so that children can be stimulated to make responsible choices, becoming future conscious adults and having a financially healthy life.

Keywords: Financial education. Financial Education in Schools. Conscious Consumption.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	06
2	REFERENCIAL TEÓRICO	08
2.1	Conceitos e Definições	08
2.1.1	<i>Educação Financeira no Brasil</i>	13
2.2	Estratégia Nacional de Educação Financeira	16
3	EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO POLÍTICA PÚBLICA.....	19
4	APLICAÇÕES DE METODOLOGIAS DE ENSINO	23
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
	REFERÊNCIAS.....	34

1 INTRODUÇÃO

Com a maior globalização ocorrida nos últimos tempos, é importante que os indivíduos possuam conhecimentos necessários em todas as áreas que envolvam suas interações com os demais, tanto no campo político, educacional como no financeiro. Este último vem ganhando grande força desde o fim do século XX, em virtude do aumento de tecnologias, mudanças na economia global e local e políticas públicas que a todo instante fazem o cenário financeiro mudar.

Essas mudanças fazem com que cada vez mais apareçam novas ferramentas no mercado financeiro, trazendo dessa forma novos desafios para o público inserido nesse mercado. As dificuldades surgem pela falta de educação que a população tem acerca dos produtos financeiros, e pelo não acompanhamento do crescimento das mesmas.

Os “frutos” dessa falta de conhecimento que assola a população há tanto tempo, pode ser observada pelo alto grau de endividamento das famílias, baixa taxa de poupança, pelo pouco investimento, entre outros índices que podem ser buscados para explicar tal fato.

Anteriormente era quase que impensável se tratar de temas com caráter financeiro, pois, as pessoas não tinham confiança no governo e nas instituições, fruto do desequilíbrio econômico que assolou o país por muito tempo e devido às condições educacionais que não beneficiava as pessoas a serem mais bem alfabetizados.

A educação financeira surge como uma necessidade atual em virtude do grande número de produtos financeiros que estão contidos no mercado, onde somente uma pequena parcela da população usufrui desses produtos e também compreende conceitos básicos do dia a dia.

Em busca de reverter esse quadro de desconhecimento financeiro, vários “atores” tem buscado nos últimos anos difundir essa ideia da educação financeira em suas ações. São instituições de caráter público e privado.

Em uma dessas ações o governo brasileiro lançou em 2010, por meio de decreto de lei 7397/2010 à Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) promovendo diretrizes da educação financeira no país, visando o bem-estar da população.

A escolha do tema tem um caráter relativamente novo, tendo em vista que a educação financeira no país ainda caminha a passos lentos, sendo assim, buscamos contribuir para a ampliação desse tema por meio de sugestões a serem discutidas e trabalhadas em sala de aula, visando levar aos alunos um maior conhecimento teórico acerca de temas de caráter financeiro e contribuindo para se obter futuramente cidadãos mais saudáveis financeiramente.

Portanto, o presente trabalho tem uma metodologia voltada para aplicações de atividades que envolvem educação financeira nas escolas. Para essas aplicações identificamos as motivações de cada atividade, o que seria necessário para que a mesma pudesse ser aplicada, as instruções gerais acerca da aplicação, o tempo necessário para essa atividade e fizemos algumas observações quando necessário.

A presente monografia apresenta a seguinte estrutura: No capítulo 2 é discutido um arcabouço teórico acerca de conceitos importantes que envolvem o tema de educação financeira e sua importância. Também em tópicos inseridos no mesmo capítulo podemos ver uma visão geral da educação financeira no Brasil, com alguns dados relativos à história e os programas que foram recém-criados. No capítulo 3 serão apresentados dois projetos pilotos oriundos das políticas implementadas pelo ENEF. Já no capítulo 4, serão discutidas as propostas de aplicações de educação financeira no ambiente escolar. Por fim, daremos as considerações finais e conclusões do presente trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceitos e Definições

Para que possamos entender um pouco melhor o intuito dessa abordagem de educação financeira, precisamos primeiramente buscar entender melhor os conceitos que norteiam o tema.

A educação financeira foi definida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCDE (2005) como o processo pelo qual os indivíduos melhoram sua compreensão acerca dos produtos financeiros, compreendendo seus riscos e possibilidades por meio de informação e instrução, a fim de tornarem-se mais conscientes de suas escolhas resultando em uma melhoria no seu bem-estar e melhor contribuïrem para o bem-estar social.

O conceito definido pela OCDE corrobora com as ideias apresentadas por Savoia, Saito e Santana (2007) que afirmam que a educação financeira é um processo de transmissão de conhecimentos capaz de desenvolver habilidades não encontradas nos indivíduos, fazendo com que esses possam tomar melhores decisões, gerenciar melhor os seus recursos financeiros e tornarem-se mais seguros, elevando sua atuação na sociedade e seu bem-estar.

É importante um maior conhecimento acerca do tema dentro de todos ambientes, para que o mercado financeiro possa se tornar mais eficiente, seguindo a perspectiva dos indivíduos que agem de forma racional, a respeito disso fala Braunstein e Welch (2002, p.1):

Participantes informados ajudam a criar um mercado mais competitivo e eficiente. Consumidores conscientes demandam por produtos condizentes com suas necessidades financeiras de curto e longo prazo, exigindo que os provedores financeiros criem produtos com características que melhor correspondem a essa demanda.

Ainda sobre a temática de educação financeira, vemos um dos objetivos descrito por MUNDY (2008, p.74):

O objetivo da educação financeira é que as pessoas devem gerir bem o seu dinheiro ao longo de suas vidas. Assim, a educação financeira deve abranger atitudes e comportamentos, bem como conhecimentos e habilidades. Isto porque, a menos que aqueles que recebem educação financeira se comportem, posteriormente, de uma forma financeiramente capaz, a educação financeira não conseguiu alcançar sua finalidade.

A OCDE (2005) considera que educar financeiramente todos os níveis de renda é uma forma de beneficiar a todos. Para o público jovem é uma forma de se programar quanto ao

início de sua vida financeira, como nas suas decisões de consumo e poupança. Para as famílias, se torna uma ferramenta essencial para projetos em conjunto, como uma educação futura de qualidade para os filhos, uma segurança quanto a saúde e de um modo geral um conforto. Já para o público mais idoso, podem ter uma velhice mais saudável, com bons hábitos e garantindo uma boa poupança para essa fase e um possível investimento seguro de suas economias.

Alguns princípios básicos e algumas recomendações para que seja aplicada uma boa educação financeira para os indivíduos foram definidas pela OCDE (2005), abaixo veremos tais recomendações que foram agrupadas e simplificadas por Savoia, Saito e Petroni (2006, p.5):

- A educação financeira deve ser promovida de uma forma justa e sem vieses, ou seja, o desenvolvimento das competências financeiras dos indivíduos precisa ser embasado em informações e instruções apropriadas, livres de interesses particulares.
- Os programas de educação financeira devem focar as prioridades de cada país, isto é, se adequarem a realidade nacional, podendo incluir, em seu conteúdo, aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, de contratação de seguros, bem como conceitos elementares de matemática e economia. Os indivíduos que estão para se aposentar devem estar cientes da necessidade de avaliar a situação de seus planos de pensão, necessitando agir apropriadamente para defender seus interesses.
- O processo de educação financeira deve ser considerado, pelos órgãos administrativos e legais de um país, como um instrumento para o crescimento e a estabilidade econômica, sendo necessário que se busque complementar o papel exercido pela regulamentação do sistema financeiro e pelas leis de proteção ao consumidor.
- O envolvimento das instituições financeiras no processo de educação financeira deve ser estimulado, de tal forma que a adotem como parte integrante de suas práticas de relacionamento com seus clientes, provendo informações financeiras que estimulem a compreensão de suas decisões, principalmente nos negócios de longo prazo e naqueles que comprometam expressivamente a renda atual e futura de seus consumidores.
- A educação financeira deve ser um processo contínuo, acompanhando a evolução dos mercados e a crescente complexidade das informações que os caracterizam.
- Por meio da mídia, devem ser veiculadas campanhas nacionais de estímulo a compreensão dos indivíduos quanto a necessidade de buscarem a capacitação financeira, bem como o conhecimento dos riscos envolvidos em suas decisões. Além disso, precisam ser criados sites específicos, oferecendo informações gratuitas e de utilidade pública.
- A educação financeira deve começar na escola. É recomendável que as pessoas se insiram no processo precocemente.
- As instituições financeiras devem ser incentivadas a certificar que os clientes

leiam e compreendam todas as informações disponibilizadas, especificamente, quando forem relacionadas aos negócios de longo prazo, ou aos serviços financeiros, com consequências relevantes.

- Os programas de educação financeira devem, focar, particularmente aspectos importantes do planejamento financeiro pessoal, como a poupança e a aposentadoria, o endividamento e a contratação de seguros.
- Os programas devem ser orientados para a construção da competência financeira, adequando-se a grupos específicos, e elaborados de forma mais personalizada possível.

Para Kassardjian (2013), a educação financeira mostra-se uma ferramenta fundamental para todo indivíduo, uma vez que, afeta as decisões da vida pessoal e também da vida profissional.

Conforme descrito pela OCDE (2006), entre os principais benefícios auferidos aos indivíduos que são educados financeiramente, estão, a melhor condição financeira pessoal e maior confiança para tomada de suas decisões, uma vez que, estão embasados para melhor tomar essas decisões importantes.

Iremos entender também outros conceitos relevantes para o estudo da educação financeira, o planejamento financeiro e o endividamento, este que em sua grande parte decorre da falta daquele.

O planejamento financeiro é uma ferramenta utilizada principalmente pelas empresas, mas, que deveriam ser incorporadas pelas pessoas com mais frequência, uma vez que, contribui para o alcance de objetivos.

Corroborando com essas ideias, Coelho (2014) descreve o planejamento financeiro como uma ferramenta que dá contribuições e evita que haja surpresas para obtenção dos resultados esperados. Dessa forma o planejamento financeiro oferece uma condição esperada para o futuro uma vez que todo o processo é baseado em projeções reais com elevado grau de fidelidade a condição futura.

Ainda segundo Coelho (2014), o planejamento pessoal e o empresarial, não possuem grandes diferenças, pois, utiliza-se de técnicas e metas de curto prazo para alcançarem seus objetivos futuros.

Ser organizado financeiramente, garante ao indivíduo uma melhor percepção dos seus custos, da sua forma de consumir e de um modo geral, leva o indivíduo a refletir se determinada ação estava prevista para alcançar seus objetivos, levando a racionalização objetiva para alcance de suas metas.

Claramente que nenhum planejamento é de cunho imediato, é preciso tempo para que os objetivos possam ir sendo alcançados um a um. A respeito disso Coelho (2014, p.23) diz:

Os benefícios desse planejamento serão vistos no futuro, quando a família estará desfrutando da tranquilidade financeira para alcançar objetivos como: comprar um imóvel, pagar os estudos dos filhos, comprar um carro ou fazer qualquer outro investimento que possa colher bons frutos.

Já o endividamento pode ser compreendido como uma troca, onde ocorre um consumo imediato por parte do devedor, ficando este ciente de que futuramente haverá de arcar com o saldo que lhe fora dado, mediante juros ou não, ficando esse detalhe fechado em negociação entre as partes. O problema maior surge da falta desses pagamentos, fenômeno que denominamos como inadimplência.

Para Santos e Silva (2014), o endividamento é decorrente da busca crescente em satisfazer os desejos consumistas das famílias, o que leva ao declínio financeiro futuro. Ainda segundo os autores, o endividamento acontece principalmente porque as famílias não acompanham a destinação dos seus recursos financeiros e não se planejam para gastar de forma consciente.

Outra maneira de se explicar o endividamento das famílias é descrita por Savoia, Saito e Santana (2007, p.1124), como uma consequência do crédito facilitado pelo governo:

O governo, incapaz de poupar e realizar os investimentos propulsores do crescimento, procurou, nos últimos anos, ampliar a oferta de crédito, para incentivar o consumo de bens e serviços e, assim, aumentar a produção. No entanto, o consumo das famílias não consegue, sozinho, estimular os investimentos, que geram empregos e elevação de renda. Para agravar esse quadro, a população, despreparada para dimensionar o volume de comprometimento do seu orçamento, avança com ímpeto ao crédito fácil e, endividada, busca caminhos para restaurar seu equilíbrio. O crescimento desorientado do crédito produz a inadimplência. A partir daí, os empréstimos são interrompidos e a economia reduz a sua atividade. Como consequência dessas ações, surge um círculo vicioso de expansão e retração do crescimento.

O principal problema decorrente dessa facilidade de crédito somado ao aumento do poder aquisitivo das famílias é que muitas adquirem produtos que não cabem em seu orçamento familiar, muitas vezes trocando bens essenciais por bens supérfluos.

Percebe-se então que as mudanças no cenário econômico das famílias no que diz respeito à condição financeira e a facilidade do crédito não foram acompanhadas pelo incentivo a educação financeira o que gera o mau uso do dinheiro.

A respeito desse descontrole no uso do dinheiro afirma Cabral (2013, p.6):

O consumo desenfreado de bens e serviços estimula o aumento do preço dos produtos, que por sua vez elevam o nível da inflação, desvalorizam a renda pessoal disponível e lançam os consumidores aos empréstimos pessoais, aos cartões de crédito, a utilização de limites do cheque especial, que no final desse ciclo terão um grande desequilíbrio financeiro.

Observa-se, então, que diversos são os problemas decorrentes do mau uso do dinheiro, ou seja, ter uma população financeiramente educada é a chave para uma economia equilibrada.

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor – PEIC (2016), que é realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), mostra que de 2010 a 2016 o percentual médio de famílias endividadas nunca foi inferior a 50% (Tabela 1). Ainda segundo a PEIC (2016) o problema do endividamento é recorrente em todos os níveis de renda, mudando apenas a composição da dívida que os indivíduos possuem. O dado comum em todos os níveis de renda apontados na pesquisa é que o maior motivador dos endividamentos são os créditos pessoais, o que mostra em tese que estes foram buscados sem planejamento financeiro, acarretando em futuras dívidas e gerando um efeito “bola de neve” para as famílias, que muitas vezes buscam outras formas de crédito para tentar sanar uma dívida feita outrora.

Tabela 1- Quadro Resumo: Percentual de famílias endividadas, com contas em atraso e que não tem condições de pagar as dívidas em atraso.

(Percentual da média anual)	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Famílias Endividadas	59,1%	62,2%	58,3%	62,5%	61,9%	61,1%	58,7%
Famílias com contas em atraso	25,0%	22,9%	21,4%	21,2%	19,4%	20,9%	23,6%
Famílias sem condições de pagar a dívida em atraso	8,8%	8,0%	7,1%	6,9%	6,3%	7,7%	8,9%

Fonte: Peic/CNC

Onde, as famílias endividadas são caracterizadas por terem parte de sua renda comprometida para o pagamento de contas. As famílias com contas em atraso são aquelas que não conseguiram arcar com suas dívidas no tempo estipulado, incorrendo assim em atrasos e possíveis cobranças de juros. Já as famílias que se declararam sem condições de pagar suas dívidas, são as que não possuem perspectivas de pagamento das suas contas em um futuro próximo.

Conforme observamos na tabela 1, apesar de ter ocorrido uma queda no percentual de famílias endividadas no período de 2016 em comparação ao período de 2015, os números são alarmantes, uma vez que essa queda pode ser explicada pelo momento econômico que o país enfrentava, com desemprego, altas taxas de juros o que encarecia o crédito para o consumidor e desconfiança com o futuro. Podemos observar que paralelamente ocorreu um aumento nas taxas de famílias com atraso e nas famílias que se dizem impossibilitadas de pagar suas dívidas.

É notório que se precisa de uma mudança no comportamento da população, com relação ao seu orçamento, forma que vai gastar, poupar e investir. Essa mudança envolve muitos “atores”, porém, o maior interessado nessa busca deveriam ser as pessoas. Estas seriam as maiores beneficiadas com essas mudanças de hábitos, sobre isso afirma Martins (2004):

Empregar tempo e dinheiro para cuidar da sua educação emocional e da instrução financeira pode ser uma gostosa aventura; a felicidade está na própria jornada e não na chegada. Abraçar um projeto de aprendizado e crescimento pessoal é uma boa maneira de dar novo colorido à vida, além de propiciar resultados que o surpreenderão: mais dinheiro, mais liberdade, melhores opções e mais tranquilidade. (MARTINS, 2004, p.70)

É possível observar que o governo brasileiro tem trabalhado em união com órgãos não governamentais para difundir a educação financeira no país, com enfoque para a educação infantil, ou seja, nas escolas.

2.2 Educação Financeira no Brasil

Temos no Brasil uma grande parcela da população que não conhece ou não tem interesse em produtos financeiros, isso foi agravado no decorrer dos anos pela falta de estabilidade da economia, o que não incentivava a população a procurarem instituições financeiras para alocar e até fazer com que suas economias pudessem ser multiplicadas. Porém, com o Plano Real e a estabilização da moeda nacional, o cenário começou aos poucos a ser alterado, onde, era possível que as pessoas pudessem se planejar melhor acerca do seu futuro financeiro.

Com certeza um dos principais fatores de descrença da população com relação à economia e finanças foi à inflação, pois, as pessoas eram quase que obrigadas a comprar um produto de imediato, pois, no mesmo dia o produto poderia incorrer em uma variação fora do comum. Logo, com o maior controle sobre esse índice as pessoas tinham a possibilidade de guardar dinheiro para o consumo ou investimento futuro, fator esse que fez com que as pessoas necessitassem entender um pouco mais de produtos financeiros.

Para Cerbasi (2011), o problema da falta de educação financeira não é um problema que tenha um culpado específico, pois, os nossos pais e avós não tiveram condições de educar financeiramente seus sucessores, pois, a realidade vivida outrora era muito diferente da de hoje. Além de que, hoje a quantidade de informações veiculadas nas mídias é incomparável com relação aquele tempo. As pessoas não podiam nem confiar nas entidades governamentais, pois, ninguém saberia como seria o dia de amanhã com relação a seu dinheiro, como estaria o

cenário econômico local, os preços etc.

Outro fator importante citado por Cerbasi (2006), é que nas décadas passadas a população vivia uma pobreza muito maior que hoje, onde observamos uma elevação do padrão de vida das famílias em todos os sentidos. Naquelas épocas muitos pais nem se quer conseguiram concluir o ensino regular de estudo, pois, era necessário trabalhar desde cedo para ajudar em casa, ou seja, pessoas que não foram educadas não teriam condições de educar financeiramente outras pessoas futuramente.

Hoje conseguimos enxergar que as crianças já possuem uma visão consumista, pois, as atividades que outrora eram feitas de forma comum, hoje em muitas famílias é necessário que se haja uma compensação financeira ou através de outra coisa conquistada pelo poder de barganha dos filhos com relação aos pais (CERBASI, 2011)

São atividades do cotidiano como simplesmente tirar nota boa em escolas, o que deveria ser uma meta pessoal para os alunos, hoje se torna motivo para alcançar o que os pais lhes prometeram.

A partir desse novo cenário nacional de maior riqueza das famílias e de uma nova identidade cultural fruto da globalização, da tecnologia, de leis modernas e diversas outras melhorias, as entidades governamentais e não governamentais perceberam que o pensamento da população foi sendo alterado aos poucos.

Diversas são as instituições que procuram fomentar a educação financeira para as pessoas, a alfabetização financeira é um processo de responsabilidade do país, das escolas, do governo e das instituições privadas, envolvendo vários atores sociais.

Dessa forma, falar de educação financeira e não falar da base da educação se torna incoerente, tendo em vista que um momento importante para conscientização e aprendizado é na escola. Pois, é onde temos todo o arcabouço teórico para a formação do futuro adulto educado. Nota-se que as próprias leis do país, como por exemplo: A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996), que relata como o princípio da educação sendo uma obrigação da família e do Estado, onde obedecendo ao princípio da liberdade, os indivíduos devem ser educados para exercer a sua cidadania e serem qualificados para o mercado de trabalho.

A educação plena requer a formação moral, física e intelectual e não menos importante deve-se incorporar a educação financeira. Nesse sentido, Carvalho (1999), realça que a escola é o lugar ideal para se implantar a nova cultura financeira, pois, trata-se de um assunto que é recorrente na vida de todo ser humano, pois, no mundo globalizado e capitalista todas as

interações de compra e venda, aquisições de serviços e demais trocas, envolvem capital financeiro, logo, é necessário que as pessoas saibam lidar com seu dinheiro.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que definem as diretrizes para a proposta pedagógica dos diversos cursos das escolas brasileiras, sugerem a necessidade de se trabalhar temas do cotidiano dentro das salas de aula (PCN, 1998).

Podemos observar no comentário a seguir, que se relaciona com a necessidade de se educar financeiramente os alunos das escolas, tendo em vista o surgimento de um novo cenário econômico global e no Brasil:

[...] com a criação permanente de novas necessidades transformando bens supérfluos em vitais, a aquisição de bens se caracteriza pelo consumismo. O consumismo é apresentado como forma e objetivo de vida. É fundamental que nossos alunos aprendam a se posicionar criticamente diante dessas questões e compreendam que grande parte do que se consome é produto do trabalho, embora nem sempre se pense nessa relação no momento em que se adquire uma mercadoria. É preciso mostrar que o objeto de consumo, seja um tênis ou uma roupa de marca, um produto alimentício ou um aparelho eletrônico etc., é fruto de um tempo de trabalho, realizado em determinadas condições. Quando se consegue comparar o custo da produção de cada um desses produtos com o preço de mercado é possível compreender que as regras do consumo são regidas por uma política de maximização de lucro e precarização do valor do trabalho (PCNs, 1998, p.36).

Em seu trabalho, Luz e Santos (2015), procuraram identificar como jovens estudantes do ensino médio lidam com a educação financeira de forma conceitual e como controlam suas finanças na prática. Para tal estudo, os autores entrevistaram 124 alunos da rede pública de ensino e 118 alunos da rede particular. Eles utilizaram o método de questionário, onde todos deveriam responder de forma pessoal 9 questões cujas respostas deveriam ser Sim ou Não.

A primeira pergunta foi “Você sabe o que é educação financeira?”, nesse ponto os alunos da escola particular confirmaram saber o que é educação financeira com 96%, enquanto que os alunos da escola pública o percentual de conhecimento segundo os mesmos foi de 75%; Já a segunda pergunta feita aos alunos foi, “A educação financeira é importante na adolescência para a formação de um adulto consciente financeiramente?”, nesse caso ocorreu uma unanimidade de ambas as escolas, os alunos afirmaram que seria importante essa formação com 96% de aprovação para os alunos da escola pública e 97% para os alunos da escola particular. No item 3, os jovens foram questionados quanto a mesadas, onde foi perguntado se na visão deles os pais deveriam dar mesadas aos filhos, nesse caso, o índice de aprovação já não foi tão unânime, na escola pública 57% dos alunos afirmaram que sim, enquanto que na escola particular esse número chegou a 63%. Eles também foram questionados se os pais deveriam interferir na forma de gastar as suas mesadas, caso os pais

lhe dessem. Para essa pergunta a maioria de ambas as escolas responderam que Não, com 54% para escola pública e 51% de reprovação para escola particular. Quando questionados sobre de quem deveria ser o papel de educar financeiramente os adolescentes, se da escola ou da família, os resultados obtidos foram os seguintes: 84% dos alunos de escola pública acham que o dever de educar financeiramente os alunos é da família, percentual quase igual ao da escola particular onde 83% dos alunos também acham que essa educação deve ser dada pela família. Quando perguntados sobre o papel da escola nessa educação, os percentuais obtidos foram 30% e 50% de aprovação respectivamente para escola pública e particular.

Finalizando o rol das questões que foram feitas aos alunos das escolas pública e particular, na última questão feita, os alunos foram perguntados se achavam certo os pais compartilharem com seus filhos os problemas de ordem financeira. Nesse caso 83% dos alunos da escola particular responderam que sim, número superior aos 61% obtidos pelos alunos da escola pública.

O autor concluiu a partir das pesquisas realizadas que os jovens compreendem a necessidade do controle financeiro e da importância dos mesmos participarem dos problemas relacionados a esse tema em suas famílias. O autor deseja que futuramente os jovens possam estar habilitados para identificar os problemas financeiros e estarem aptos a resolver tais problemas na família ou de ordem pessoal.

É notório que no Brasil há muito que se fazer no campo da educação financeira, apesar de haverem algumas iniciativas por parte do governo e de instituições privadas, ainda é pouco para a proporção que deveria ter. A temática de educação financeira é importante no mundo e objeto de estudo o quanto mais cedo. Observamos que no decorrer dos tempos grandes foram os problemas causados na economia global no que diz respeito à economia, e poucas eram as pessoas capazes de entender a motivação desses problemas, como esses problemas poderiam afetar a sua vida e como poderiam ajudar a reverter esse quadro.

2.2.1 Estratégia Nacional de Educação Financeira- ENEF

Por meio de decreto federal 7.397/2010 o governo cria o ENEF, visando fomentar de forma gratuita o ensino de educação financeira para diversas classes, com total imparcialidade comercial. O objetivo da ENEF é “contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes” (ENEF, 2010). O programa foi criado através de uma parceria entre órgãos e entidades governamentais e organizações da sociedade civil, que juntos integram o Comitê

Nacional de Educação Financeira- CONEF. Fazem parte do CONEF os seguintes órgãos governamentais:

- Banco Central do Brasil – BACEN
- Comissão de Valores Mobiliários – CVM
- Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC
- Superintendência de Seguros Privados – SUSEP
- Ministério da Justiça e Cidadania
- Ministério da Educação
- Ministério da Fazenda

Também estão inseridos no CONEF, os representantes da sociedade civil:

- Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA
- Brasil, bolsa, balcão – B3
- Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização – CNseg
- Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN

As ações da ENEF são guiadas de duas formas, conforme explicados por ENEF (2010), de modo transversal e setorial, eles são coordenados de forma centralizada, mas, são executados de forma independentes entre si.

As ações de caráter Setorial são desenvolvidas pelos membros do CONEF, alinhados as diretrizes estabelecidas pela ENEF, todos os programas são desenvolvidos por cada órgão ou entidade, de acordo com o objetivo e pelo seu papel desempenhado na sociedade. Assim cada órgão ou entidade usa de sua plataforma de serviço disponibilizado para população para ofertar meios de ensino de educação financeira, seja por meio de materiais gratuitos nos seus sites, vídeos educativos ou demais atividades escolhidas.

Já as ações transversais, não são de responsabilidade de apenas um órgão ou entidade, em seus objetivos está à junção de diversos temas como proteção, planejamento financeiro, poupança, investimento e crédito e defesa do consumidor. Essas ações transversais estão sob a coordenação da Associação de Educação Financeira do Brasil – AEF Brasil. Esta contribui com a ENEF desenvolvendo tecnologias educacionais que possam ser aplicadas por qualquer pessoa ou entidade interessada na difusão do tema de educação financeira. Esses programas de caráter transversal podem ser patrocinados por qualquer entidade interessada da sociedade.

As ações da AEF estão pautadas em dois grandes programas, a saber:

Programa Educação Financeira nas Escolas: O programa tem o objetivo de levar educação financeira para escolas, tendo como público alvo crianças e adolescentes dos ensinos fundamentais e médios respectivamente, com o objetivo de desenvolver a cultura financeira desde cedo com temas como planejamento orçamentário, poupança e investimento, e consumo consciente.

No ensino fundamental o ensino transversal se dá com o “diálogo” da educação financeira com as demais matérias da base curricular dos adolescentes. O documento intitulado “Orientações para Educação Financeira nas Escolas”, buscar levar atividades alinhadas ao currículo base dos nove anos do ensino fundamental. Além de contribuir com o maior entendimento de temas financeiros, o documento foi pensado para melhorar o desempenho nas disciplinas de português e matemática. O conjunto de livros possuem conteúdos financeiros atrelados a conteúdos de caráter social, ou seja, abordam temas financeiros no cotidiano, respeitando a idade e a vivência de cada um.

Os livros foram pensados em modelos de ciclos, sendo um para cada ano do ensino fundamental. O trabalho foi finalizado em 2014 com o apoio da BM&FBOVESPA (Hoje, B3), o trabalho teve seu projeto piloto aplicado em 200 escolas de Joiville e Manaus e foi avaliado pelo Banco Mundial.

No ensino médio, foi utilizado o mesmo documento para nortear os trabalhos do ensino fundamental, “Orientações para Educação Financeira nas Escolas”, no período de 2010 e 2011 foi aplicado o projeto piloto em 891 escolas públicas do ensino médio em seis estados da federação. O livro é composto por diversas situações que contextualizam os conceitos de educação financeira ao seu dia a dia. Podendo assim facilitar o entendimento dos temas propostos e até mesmo fazendo com que os estudantes possam colocar em prática os conhecimentos saudáveis que foram aprendidos.

Em 2014 foi lançada a “Plataforma Aberta de Acesso aos Livros de Educação Financeira”, que apresentam os materiais usados no ensino médio, disponibilizando os mesmos para download de forma gratuita.

Programa Educação Financeira para Adultos: O público adulto também necessita ser educado financeiramente mesmo que de forma tardia, uma vez que são hoje as pessoas que estão mais atuantes nos mercados, nas operações financeiras, e em todos os tipos de negociações que envolvam produtos financeiros. O programa de início deu ênfase a dois tipos de público-alvo prioritários devido a seu grau de vulnerabilidade:

- 1 - As mulheres beneficiárias do Programa bolsa família;

2 - Aos aposentados que recebem de 1 a 2 salários mínimos.

Os objetivos descritos segundo a AEF (2011) são: No caso das mulheres beneficiárias do programa bolsa família é contribuir na conscientização e planejamento do orçamento familiar, tendo em vista a pouca renda que a mesma recebe é preciso estar consciente do que seja essencial para a família. No que se refere aos aposentados, o projeto objetiva reduzir e prevenir quanto ao superendividamento desse público, de forma a conscientizar os mesmos que podem gerir seus gastos de forma “saudável” e autônoma.

Como falado anteriormente, a AEF é quem assume o papel de coordenar todas essas ações de caráter transversal, ou seja, a sua missão principal é que o tema de educação financeira se torne algo relevante, e a forma com que ela desenvolve sua missão é atuando na elaboração de tecnologias sociais e educacionais de forma que essas fiquem disponíveis a todos os interessados de forma gratuita. As entidades que colaboram para manter esse projeto são todos da esfera civil, sendo eles: ANBIMA, BM&FBOVESPA, CNseg e FEBRABAN, cujas atuações correspondem ao mercado financeiro.

A AEF é classificada como uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), que atua em parceria em forma de patrocínio ou apoio para programar suas atividades, busca também instituições para que possa colocar em prática seus projetos pilotos em ambientes propícios para tal fim (AEF, 2011)

Desta forma é possível observar o grau de importância da AEF no território nacional, uma vez que temos um déficit de pessoas com algum grau de instrução em educação financeira.

No próximo tópico iremos abordar exemplos do trabalho da AEF em escolas de ensino fundamental, e as consequências desse ensino nessas respectivas escolas.

3 Educação Financeira como Política Pública no Brasil

- Estudo de Caso: Educação Financeira nas Cidades de Joinville e Manaus (AEF, 2015).

As cidades de Joinville e Manaus foram escolhidas como sedes para receber o projeto piloto que visava implementar a educação financeira no ensino fundamental para crianças a partir do 5º ano, iniciativa da ENEF com a coordenação da AEF e acompanhamento do Banco Mundial.

Os resultados do projeto piloto que foram estudados e aprovados no ano de 2015, foram apresentados na 3ª Semana Nacional de Educação Financeira. O projeto piloto contou com a participação de alunos do 3º, 5º, 7º e 9º anos de mais de 200 escolas municipais. Por

meio de um projeto pedagógico e auxílio de livros por cada nível de ensino, alunos e professores realizam atividades educativas que permitem a inclusão do tema nas disciplinas já existentes.

Do 1º ao 4º ano - Trabalhos por Projetos:

Foram selecionados 4 “eixos temáticos”: (1) Produção e Consumo; (2) Organização; (3) Cuidados; (4) Planejamento, com os seus temas Sociais e Financeiros sendo abordados de forma diferenciadas para cada respectivo ano. Entende-se por temas sociais aqueles cujo estudo baseia-se em experiências do cotidiano que envolva as questões financeiras.

Do 5º e 6º anos - Trabalho por Aventura Solo:

A aventura solo é conhecida como um livro-jogo, que possui características próprias de um jogo, como: regras, decisões, consequências pelos seus atos, etc. A diferença é que não há competição entre os jogadores, logo, não há perdedores nem ganhadores. Os conceitos são trabalhados de forma imaginária, favorecendo assim o maior envolvimento do aluno.

Do 7º e 8º anos - Trabalho por Jogo Pervasivo:

Esse tipo de jogo tem uma proposta um pouco mais ousada, intercalando no jogo momentos de fantasias e alguns desafios que devem ser feitos na vida real pelos alunos. Os livros usados nessa fase apresentam um jogo de negociação e controle orçamentário. Nele, os alunos são estimulados a planejar, tomar decisões, consumir de forma responsável e poupar. Após o fim do jogo, os alunos são estimulados a por em prática as propostas do jogo.

Do 9º ano - Trabalho por Impressite:

O *impressite* é um tipo de material impresso que tem características semelhantes aos criados na internet, a linguagem e a possibilidade de uma leitura sem seguir uma ordem aleatória.

Nessa fase, o material foi organizado em 8 seções, que abordam basicamente os assuntos trabalhados nos anos anteriores como forma de finalizar o programa destinado ao ensino fundamental e entrada no programa do ensino médio.

A implementação do projeto foi realizada de forma a deixar as escolas livres para utilizarem o material didático de maneira mais adequada aos seus cronogramas didáticos no ano de 2015. Foram realizadas formações por parte das empresas especializadas na aplicação do projeto com os coordenadores pedagógicos de cada escola em Joinville e com os coordenadores das regionais de educação em Manaus. Esses que receberam essas primeiras formações foram os responsáveis por difundirem até os demais professores o conteúdo que seria utilizado e como deveriam proceder.

Segundo relatório final houve dificuldades para uso do material didático por parte dos professores, no primeiro semestre especialmente, o que foi em partes contornado com a maior intensificação do uso no segundo semestre do ano letivo de 2015.

O projeto piloto preocupou-se em avaliar os índices de atitudes de consumo e de poupança dos alunos, por meio de questionário que lhes foram atribuídos. O resultado sugere que o programa teve impacto positivo nas atitudes de consumo e poupança dos alunos que participaram do processo com relação àqueles que não participaram.

Segundo relato de uma professora de uma escola de Joinville, as crianças fazem poupança, simulam compras em supermercado dentro de sala, realizam feiras de trocas de brinquedos e roupas usadas e ainda se preocupam com o meio ambiente e com temas como a solidariedade. A mesma relata que, “A poupança já serviu até para a turma se mobilizar e comprar uma cesta básica para um aluno que passava dificuldades, sem comida em casa”.

Desta forma foi possível notar a importância que teve incluir a metodologia transversal nas escolas dos municípios de Joinville e Manaus, uma vez que os resultados foram positivos. Foram observados ainda que seja preciso aperfeiçoar a metodologia de aplicação, principalmente na fase inicial, uma vez que foram identificadas dificuldades no primeiro semestre da implementação do projeto.

- Estudo de caso: Educação Financeira no Ensino Médio (AEF, 2012)

Anteriormente, vimos que um projeto piloto foi implantado em escolas de Joinville e Manaus que contemplava alunos do ensino fundamental. Também no ensino médio ocorreram ações que visavam introduzir o ensino de educação financeira para os jovens.

No ano de 2010 o projeto iniciou-se com o objetivo de tratar da educação financeira com temáticas transversais a outras disciplinas. O projeto durou de agosto de 2010 até dezembro de 2011, e também foi acompanhado pelo banco mundial.

O objetivo da avaliação segundo dados coletados junto ao banco mundial foi aplicar métodos de pesquisas rigorosos para identificar o impacto que teria caso os alunos e as famílias tivessem acesso ao estudo de educação financeira.

A avaliação teve um caráter único, uma vez que englobou uma diversidade muito grande de participantes e localidades aleatórias do Brasil, foram cerca de 900 escolas e quase 26.000 alunos envolvidos de cinco estados brasileiros: São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Tocantins, Minas Gerais e mais o Distrito Federal.

A metodologia aplicada foi semelhante à usada em medicina, onde de forma aleatória foram escolhidas escolas para formarem o “grupo de tratamento”, enquanto outras formariam o “grupo de controle”, essas não teriam acesso ao programa de educação. Comparando-se os

resultados obtidos nos dois grupos, seria mais fácil identificar se o programa trouxe de fato mudanças com relação a conhecimentos, atitudes e a tomada de decisões por parte dos alunos.

O programa contemplou 3 semestres letivos, iniciando em agosto de 2010 com uma avaliação para detectar o nível de conhecimentos que o alunos tinham antes de iniciar o programa de aprendizagem. Em seguida, ao fim do primeiro semestre letivo os alunos foram submetidos à nova avaliação onde já era possível detectar se ocorreram avanços nos primeiros quatro meses do programa. E por último, ao final do programa, ou seja, em dezembro de 2011 foi feita uma nova avaliação para chegarmos aos conhecimentos finais a respeito do projeto.

Foi observado nos resultados que apesar do pequeno prazo da primeira avaliação de diagnóstico para a segunda, os resultados já foram perceptíveis. Especificamente o programa levou maior proficiência financeira, autonomia financeira e intenção de poupar, levou a poupança e aprimoramento dos gastos, assim como maior participação dos alunos nas finanças domésticas. A avaliação realizada ao fim do programa foi capaz de confirmar os resultados obtidos anteriormente, confirmando que os resultados não são apenas de curto prazo, mas que permanecem ao longo do tempo.

Além das atividades com os alunos, o projeto piloto também incluía atividades a serem realizadas em casa com os seus pais ou responsáveis e um *workshop* direcionado apenas aos responsáveis. Ambas as atividades também foram avaliadas. Em relação às atividades realizadas entre os alunos e seus responsáveis, o projeto mostra que um maior número de informaram que discutem questões financeiras com seus filhos, além do programa ter alcançado um efeito positivo quanto ao maior conhecimento de conceitos financeiros.

Em relação ao *workshop* realizado com os pais ou responsáveis, descobriu-se que essa atividade teve um impacto positivo, pois, mostrou que um número maior de pais começou a adquirir uma postura mais cautelosa e de planejamento financeiro, assim como incentivando a poupança por parte de seus filhos.

O perfil socioeconômico dos alunos e responsáveis também foi coletado. Indicou que 56% dos alunos eram do sexo feminino, 51% tinham alguma renda (de trabalho ou dos pais), e aproximadamente 37% trabalhavam. Também foi detectado que 32% eram beneficiários do programa bolsa família. Ademais, um terço dos pais ou responsáveis haviam terminado o ensino médio e 62% tinham um computador com internet em casa.

Entre os responsáveis a poupança não era comum, apenas 44% dos responsáveis tinham conta poupança. Em contraste com esses números, taxas de empréstimos eram altas, com 89% dos responsáveis afirmando que fizeram empréstimos em bancos, fizeram

empréstimos para comprar carros ou imóveis, emprestaram dinheiro de outras pessoas ou compraram itens de forma parcelada.

Por fim, o relatório concluiu que o programa de educação financeira nas escolas aumentou o conhecimento financeiro dos alunos e melhorou suas atitudes financeiras. Especificamente, com relação ao programa, os alunos se mostraram mais propensos a poupar e administrar suas despesas, conversar com seus pais sobre questões financeiras domiciliares. Tais efeitos se mantiveram no curto e longo prazo, permitindo assim detectar a eficácia do programa implementado em forma de projeto inicial.

Podemos observar dois programas específicos implementados pelo governo, um para alunos do ensino médio e outro para alunos do ensino fundamental. A partir desses programas pilotos, podemos observar que estes programas foram capazes de elevar o conhecimento e interferir nas atitudes dos alunos das escolas.

Também foi possível observar que o programa necessita ter um acompanhamento dos pais dos alunos, pois, a mudança também deve ser percebida em casa e ser refletida dentro do ambiente familiar.

No próximo tópico, iremos sugerir algumas atividades que podem ser desenvolvidas para auxiliar no ensino da educação financeira.

4 APLICAÇÕES DE METODOLOGIAS DE ENSINO

Neste tópico, serão abordadas algumas explicações simples que podem ser inseridas no ambiente escolar, respeitando sempre o grau de instrução e idade dos alunos. A ideia central é inserir os conceitos de aplicação financeira não como uma disciplina própria, mas, de modo transversal, ou seja, inserir as metodologias em outras disciplinas já estudadas pelos alunos com a finalidade de tornar o ensino mais atraente e mostrando como os diversos conceitos estão envolvidos no nosso cotidiano, conforme indicação da ENEF (2010).

Iniciaremos com atividades destinadas ao público mais infantil, do 3º ao 5º ano. Nessa idade a criança ainda está aprendendo conceitos de matemática, então o enfoque das atividades serão mais voltadas para o lado visual e não para contas.

- **Ensino Fundamental, 3º ao 5º ano:**

Iremos abordar conceitos importantes para qualquer pessoa, como a ideia de consumo e organização.

1ª ATIVIDADE

Motivação: Mostrar para as crianças a importância do dinheiro, o que é dinheiro, como se consegue e para que serve o dinheiro.

Material Utilizado: Bonecos do tipo fantoche, cenário para apresentação dos bonecos.

Instruções Gerais: Para essa atividade, é interessante iniciar um debate com a turma de alunos, questionando os mesmos sobre o que é dinheiro e para o que ele é utilizado. Depois das respostas pode-se definir de forma mais clara para os mesmos todas as perguntas feitas, sempre, usando os bonecos de fantoche, para que dessa forma a interação por parte das crianças seja maior.

Tempo Necessário: A sugestão para essa atividade é que se use em torno de 40 minutos, pois, é provável que seja um tempo suficiente para esclarecer os conceitos anteriormente questionados e proporcionar uma participação dos alunos.

Nota: O Banco Central (2002) definiu dinheiro como sendo as moedas e as notas utilizadas para comprar tudo, ou quase tudo que se deseja ter. Como roupas, brinquedos, comidas etc. Essa definição pode ser usada na atividade acima proposta.

Nota 2: Para os alunos de maior idade, ou seja, do 5º ano, uma boa atividade complementar seria um trabalho em casa sobre a origem do dinheiro, como as pessoas faziam antes da invenção do dinheiro para ter o que desejasse.

Nota-se que nossa primeira atividade tem um caráter bem inicial, mostrando o conceito chave para educação financeira, que é o dinheiro. Vejamos agora outra aplicação para a mesma faixa etária citada.

2ª ATIVIDADE

Motivação: A proposta é da criação de uma feira de troca e compra de materiais, a feira “criança educada”. Através dessa atividade temos o propósito de mostrar o sentido de valor, as operações de troca e venda, estimulando desde já um pouco da consciência de consumo nos alunos envolvidos na atividade.

Material Utilizado: Para essa atividade, é necessário o uso de dinheiro falso, ou seja, moedas que não tenham valor. Precisa-se também de materiais para serem comercializados na atividade (brinquedos, roupas, alimentos e quaisquer outros materiais que sejam atraentes para o público infantil).

Instruções Gerais: Todos os alunos envolvidos na atividade devem ter direito a um espaço para expor seus produtos, bem como, valores do dinheiro sugerido, em torno de 10 reais por aluno. Assim, todas as crianças serão estimuladas a irem à busca de produtos que tenham interesse, seja para trocas ou compra. Com as limitações financeiras que possuem, elas terão que fazer escolhas, estimulando a racionalização do que é mais essencial para ela naquele momento.

Nota: Para que a atividade aconteça é preciso que os pais sejam avisados previamente para que possam separar os materiais juntamente com as crianças em casa.

Aqui é possível englobar diversas matérias do cotidiano dos alunos, como as noções matemáticas de somar, subtrair e multiplicar, tendo em vista que os mesmos terão que utilizar o dinheiro para as operações de compra e venda.

- **Ensino fundamental, 6º e 7º ano:**

Aqui iremos abordar ideias um pouco mais aprofundadas para os alunos, bem como outros conceitos importantes para a sua formação humana e financeira.

3ª ATIVIDADE

Motivação: Essa atividade tem o intuito de mostrar aos alunos como algumas mudanças de hábito do dia-a-dia podem interferir em suas casas e na sua vida como um todo, de modo financeiro e de bem-estar social.

Materiais Utilizados: Para essa atividade, é necessário o uso de um computador para que sejam elaboradas as cartilhas aqui propostas, também será preciso impressora para que essas cartilhas possam ser entregues aos participantes da atividade.

Instruções Gerais: Os professores devem elaborar uma cartilha de bons hábitos, chamada de “Economias do Cotidiano”, essa cartilha deve ser entregue aos alunos e explicada a sua importância. A temática envolve temas de caráter ambientais, que contribuem para a reflexão acerca do tema no cotidiano. Assim, os alunos verão que eles também têm uma importância fundamental na preservação e na disseminação dos bons hábitos para o meio-ambiente. As temáticas sugeridas aqui para elaboração da cartilha são: Desperdício de água, o mau uso da energia elétrica e o reaproveitamento de materiais recicláveis.

Tempo Utilizado: Para essa proposta sugerimos que as atividades tenham um caráter continuado, porém, para efeitos financeiros, pedimos que se faça uma experiência por um mês por cada jovem em suas respectivas casas. Colocando em prática o que lhe fora sugerido.

Nota: Para efeito comparativo sugerimos que se recolham os valores de água e energia que foram pagos pelas famílias dos participantes nos últimos meses, mostrando as diferenças que bons hábitos podem trazer no lado financeiro.

Nota 2: É sugerido que se aplique uma palestra com os pais dos alunos, para que eles possam entender o que foi proposto aos mesmos e também estejam incentivados a participarem, para assim, o sucesso ser maior.

Visto que o tema engloba atividades do cotidiano, para região poderá adaptar a sua cartilha conforme as suas maiores deficiências e necessidade. Porém, iremos propor aqui algumas atividades que podem ser inseridas na cartilha acima proposta, com base nas temáticas descritas acima.

- Não desperdiçar água: Um dever como cidadão é não fazer mau uso da água, uma vez que é uma substância essencial para a vida de todo ser humano. No caso poderíamos indicar como economizar:

- Tomando banho mais rápido e eficiente, dessa forma não se deve usar o chuveiro ligado enquanto se ensaboa e diminuir o tempo do banho, não usar a torneira ligada enquanto se escova os dentes ou usando apenas um copo com água para essa finalidade, fechar bem as torneiras ou registros ao fim do uso. Também é possível reutilizar a água da máquina de lavar no sanitário após o uso e também a água do banho. Outra forma é usando um balde para dar banho no cachorro, lavar o carro ou calçada e demais objetos que queira lavar.

- Diminuir o Consumo de Energia Elétrica: Diversas são as formas de diminuir o consumo de energia como, por exemplo, tirando o carregador do celular da tomada quando não estiver usando, não utilizando chuveiro elétrico, desligando a TV da tomada quando não estiver em uso, juntar o máximo de roupa possível para colocar na máquina de lavar, evitando assim o uso dobrado da mesma. Tentando priorizar o uso do ventilador em detrimento do ar-condicionado e durante o dia, evitar o uso de lâmpadas acesas, utilizando a luz natural do sol através de janelas.

- Reciclando ou reutilizando materiais: Outra forma de ter uma economia sustentável é por meio da reutilização de materiais que normalmente seriam descartados de forma irregular no meio ambiente. Procure usar sacolas reutilizáveis nos supermercados, recicle tudo aquilo que for possível e use para confeccionar outros materiais, como por exemplo, garrafas PET, latas de bebidas ou de alimentos enlatados, caixas de papelão, folhas de cadernos, jornais e revistas, copos e canudos descartáveis.

Uma vez analisado e observado o sucesso nas mudanças de hábitos, os pais dos alunos podem até recompensá-los com algo referente ao dinheiro que foi economizado. Assim, os alunos seriam estimulados a permanecerem com tais costumes.

Dando continuidade aos exercícios propostos, vamos para nossa 4ª atividade, ainda com atividades para o mesmo público da atividade anterior, ou seja, alunos do 6º e 7º ano de ensino regular.

4ª ATIVIDADE

Motivação: A motivação dessa atividade surge de uma realidade nos dias atuais, o pagamento de mesada por parte dos pais. Então, é sugerido que se faça o exercício com o enfoque na conscientização dos jovens acerca do recebimento de sua mesada e de que forma podemos relacionar a educação financeira nessa temática. Também teremos o uso de habilidades matemáticas para realização da questão.

Material Utilizado: Para essa atividade é necessário material escolar comum, como lápis, borracha e caderno. Dessa forma, os alunos poderão escrever os questionamentos propostos e responde-los posteriormente.

Instruções Gerais: Iremos abordar aqui uma questão propriamente dita para ser elaborada com os alunos em sala de aula, de forma que os mesmos possam refletir acerca dos gastos com suas mesadas.

Questão: Lucas recebe mensalmente uma mesada de seus pais no valor de R\$ 50,00, porém, cada vez que tira nota baixa na escola acontece um desconto de R\$ 5,00. Com base nessas informações responda:

- a) Quanto Lucas ganha no acumulado de 12 meses?
- b) Se Lucas gasta apenas metade da sua mesada no mês, quanto ele economiza durante 1 ano?
- c) Se a escola propuser uma viagem de lazer custando R\$ 200,00 no fim do ano, Lucas conseguirá participar? O que você achou da atitude de Lucas?

Tempo Utilizado: Para essa atividade deve ser separado o tempo de uma hora aula, tendo em vista que a mesma possui um caráter simples.

Nota: Observa-se que várias outras situações podem ser colocadas com relação a mesada, porém, o intuito é que os alunos entendam a importância de não comprometer todo seu orçamento.

Observe que a questão acima envolve conceitos matemáticos e financeiros. É aconselhável que ao fim da aula se explique que o que Lucas fez foi economizar, com um consumo consciente. E se mostre também que ele só conseguiu viajar porque fez um planejamento financeiro. Então alguns conceitos precisam ser explicados, como: Consumo, poupança e planejamento.

- **Ensino Fundamental, 8º e 9º ano.**

Nessa fase já é possível ousar um pouco mais com conceitos e números, pois, os adolescentes já estão com uma boa base de raciocínio e fundamentação matemática.

5ª ATIVIDADE

Motivação: Através dessa atividade pretendemos levar os alunos a refletir acerca do planejamento orçamentário, com vistas ao que seja essencial e supérfluo.

Material Utilizado: Para essa atividade será necessária uma folha com lacunas em forma de tabela de duas colunas. Também poderá ser usado um laboratório de informática, de forma que os alunos tenham acesso a planilhas eletrônicas.

Instruções Gerais: Os alunos devem juntar todas as notas e cupons fiscais referentes ao último mês e leva-los para sala de aula, bem como consultar os seus pais sobre demais gastos que a os mesmos incorram, seja de forma fixa ou gastos extras. Os alunos devem usar as planilhas eletrônicas para classificar os gastos como “Necessidade ou Desejo”, e assim, refletirem acerca das economias que poderiam ser feitas no ambiente de casa e também terem ideia de quanto é destinado das receitas de casa para cada tipo de gasto.

NECESSIDADE	DESEJO
Pagamento da escola	Compra de um brinquedo novo
Manutenção veículo	Gasto com sorvete
Aluguel residencial	Ir ao cinema

Note que a partir dessa comparação os alunos poderão elevar um pouco seu senso crítico e conseguir identificar onde podem ajudar nas economias.

Tempo Utilizado: Para realização da atividade, os alunos deverão ser informados previamente sobre a necessidade de separar as contas de sua casa para leva-las para sala. Em sala, o tempo pode variar de 1 à 2 horas de atividade a depender da interação e do tamanho da turma envolvida.

Nota: A intenção da atividade é levar os alunos a uma reflexão acerca do que é importante e do que pode ser postergado. Não há a intenção de se fazer juízo de valores acerca de escolhas individuais, uma vez que, o que é importante para uma pessoa pode não ser para outra.

Observa-se que para o sucesso da atividade acima proposta, os professores terão que explicar os conceitos de Necessidade e de Desejo, mostrando que para o caso acima estamos considerando os dois conceitos como opostos.

Também é importante reiterar que a família deve ser informada com antecedência sobre a atividade para colaborar com os alunos, afim de que, o trabalho realizado pode ser fiel aos gastos e a realidade de sua família, e para que também não ocorram situações desagradáveis relacionadas aos tipos de gastos oriundos de cada casa.

- **Ensino médio, 1º e 2º ano.**

Para esse último grupo, abordaremos atividades com um grau de complexidade de cálculos e raciocínio um pouco maior. Exigindo maior habilidade matemática e conceitual dos mesmos.

6ª ATIVIDADE

Motivação: Para essa atividade iremos abordar o conceito de inflação, tendo em vista que é um tema muito falado nos dias atuais, porém, pouco conhecido pela grande maioria da população, inclusive pelo público mais jovem.

Material Utilizado: Para nossa atividade será necessário por parte do educador apenas os materiais comuns para aulas, uma lousa e um pincel. Já para os alunos precisaremos de caderno, lápis, borracha e calculadora para ajudar nas contas.

Instruções Gerais: A atividade baseia-se em uma questão, conforme descrito abaixo:

Questão: Imagine que Luiz receba de salário nos dias atuais o valor de R\$ 1000,00 e que consiga comprar 10 peças de roupas a 100 reais cada. Agora imagine que a taxa de inflação acumulada após um ano foi de 10%.

- a) Qual será o novo valor das peças de roupas com a taxa de inflação?
- b) Quantas peças de roupa Luiz conseguirá comprar se estiver com os mesmos 1000 reais?
- c) Agora imagine que o salário teve um aumento anual de 8%, Luiz conseguirá comprar quantas peças de roupas?
- d) Em comparação com o ano anterior, Luiz teve um aumento do poder de compra ou uma perda do poder de compra? Por quê?
- e) Para que Luiz se mantivesse no mesmo patamar com relação à quantidade de roupas compradas no ano anterior, o aumento do salário deveria ser de quanto?

Tempo Utilizado: Para essa atividade pode ser separada uma hora de aula, pois, será necessário explicar alguns conceitos importantes e também efetuar alguns cálculos.

Nota: Indicamos que ao início da aula se introduza o conceito, explicando de forma simples que inflação trata-se do aumento generalizado dos preços por um determinado período de tempo. Assim pode ser falado que existem vários indicadores de inflação, mostrando as formas como são calculados e sua importância para a economia.

Note que nessa atividade aparece o conceito de poder de compra, que deve ser explicado também de forma simples e usando a própria questão para tal fim. É indicado usar bem os conceitos para que não se torne apenas uma aula matemática, mas que os jovens possam entender como a inflação pode mexer no poder de compra dele e de toda a sociedade.

7ª ATIVIDADE

Motivação: A atividade que iremos descrever adiante tem por finalidade a introdução dos jovens ao mundo empreendedor, entendendo quais os fatores importantes para execução de uma ideia, a importância do planejamento de ações e estudo orçamentário acerca do que se quer investir.

Material Utilizado: O material para essa atividade será definido de acordo com o que for sugerido pelos educadores, porém, são materiais essenciais, planilhas de gastos, calculadoras, folha para descrever os passos do projeto e demais procedimentos.

Instruções Gerais: A proposta para essa atividade é a criação de uma “Feira do Jovem Empreendedor”, onde, os jovens podem ser divididos em grupos de até 10 pessoas. A ideia é que cada equipe elabore um plano de empreendedorismo, que contenha todos os passos importantes para execução do mesmo. Desde o tipo de negócio que querem fazer, os objetivos, a motivação do projeto, o que é necessário para esse projeto ter sucesso, os fornecedores e seus respectivos orçamentos, plano de marketing, escolha de preço, público alvo e demais outras características que estão relacionadas a ideia de empreender. Assim, após ser feito todo o projeto, deve ser marcada uma apresentação do projeto de cada turma para o restante da sala. Assim, poderemos inserir nos jovens a ideia dos passos fundamentais para ser um empreendedor, as dificuldades e desafios e também o prazer em ver os projetos serem concretizados.

Tempo utilizado: Para essa atividade propomos que seja disponibilizada pelo menos uma semana para que os jovens possam proceder com todos os passos da execução do projeto.

Nota: Essa atividade contém vários conceitos importantes que devem ser exploradas pelo educador, como: Demanda, oferta, preço, lucro, planejamento orçamentário, público alvo, consumo, e demais outros que estão inseridos direta ou indiretamente na atividade.

Ao final do projeto o educador deve reunir todos os grupos e por meio de diálogo saber dos alunos o que chamou mais atenção, quais novos conceitos eles foram capaz de entender, os passos necessários para se obter sucesso no seu negócio, entre outros questionamentos que o educador julgar pertinentes.

Para essa atividade é importante que os alunos tenham tempo hábil para desenvolver seus pensamentos e coloca-los em prática, sempre com a ajuda do educador responsável para instruí-los.

Podemos observar que as aplicações aqui propostas, integram boa parte do ensino regular dos alunos. Com temáticas envolvidas na sua base de educação regular. Todas essas atividades possuem um caráter discricionário por parte do aplicador da mesma, uma vez que, cabe ao aplicador ou educador adaptar as atividades conforme necessidade especial do público-alvo. Então, todas as atividades possuem flexibilidade para serem adaptadas conforme seja melhor para alcançar os objetivos propostos.

Os objetivos dessas aplicações são: intertextualizar a educação financeira para alunos de ensino regulares por meio de aplicações e técnicas que podem ser adotadas em outras matérias de estudo, facilitar o entendimento de determinados conceitos para esse público e formar indivíduos capazes de opinar e refletir sobre formas eficazes de consumir, poupar, investir e orçar, buscando para isso a prática de tais ações propostas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou destacar a importância da educação financeira para os indivíduos, em especial para os estudantes, tendo em vista que esses alunos estão iniciando uma fase de aprendizado, portanto, é interessante que se aprenda todas as habilidades indispensáveis para a vida cidadã.

Sugerimos que as técnicas aqui propostas sejam aplicadas em trabalhos futuros para que sejam comprovadas a sua eficácia no ensino de educação financeira escolar, tendo em vista que, a escola é responsável por formar cidadãos para o mercado de trabalho e para uma saudável cidadania, acreditamos estar contribuindo para que o tema seja compreendido pelos alunos.

Um tema relevante nos dias atuais, mas, que ao mesmo tempo torna-se novo para grande parte da população, uma vez que essa em sua maioria não foi educada na sua infância e nem após tornarem-se adultos.

Nesse sentido, é importante que conceitos sobre finanças sejam ensinados aos cidadãos, principalmente aos jovens, contribuindo para que se tornem financeiramente conscientes. Se em tempos passados, não foi possível ensinar aos que viveram naquela época, devido a problemas econômicos, culturais e sociais, essa oportunidade não pode ser negligenciada hoje, uma vez que, a deficiência acerca do tema é ainda maior face ao crescimento e a complexidade dos produtos financeiros. (TEIXEIRA *et al*, 2010)

Observou-se que o governo em parceria com entidades não governamentais tem buscado fomentar o aprendizado desse tema por meio de ações concretas e canais disponíveis para esse fim, porém, ainda é pouco diante da realidade brasileira.

Seria interessante para os indivíduos que a educação financeira fosse um processo continuado, onde, iniciasse na base da escola e fosse prolongado para a vida adulta, aí sim, era provável que a população fosse mais eficaz nas suas escolhas enquanto indivíduo e participasse mais ativamente da economia.

As atividades propostas no trabalho tem o intuito de incrementar o estudo do assunto nas escolas, não tornando o assunto uma temática exaustiva, pois, tentamos elaborar atividades com características mais práticas para torna-se um ensino dinâmico e presente no cotidiano dos alunos.

Esse trabalho de educar financeiramente a população exige-se tempo, pois, não é da noite para o dia que se muda toda uma cultura de inconfiabilidade nos produtos financeiros. Para o sucesso nesse objetivo é preciso que as instituições estejam de fato comprometidas

com a causa e que sejam capazes de formar os indivíduos desde sua fase escolar, mostrando que para um futuro diferente e saudável financeiramente é preciso que seja dado um passo conjunto e contínuo entre as instituições e a população.

REFERÊNCIAS

AEF – ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO BRASIL. Brasil, 2011. Disponível em < <http://www.aefbrasil.org.br/>> Acesso em 6 Nov 2017.

_____. **Relatório Técnico Final. Projeto piloto programa educação financeira nas escolas: Ensino fundamental.** São Paulo, 2015/2016. Disponível em: http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/Projeto_Piloto_Ensino_Fundamental_Relatorio_Final_2016.pdf Acesso em 15 Nov 2017. 27 f.

_____. **Resultado da avaliação de impacto do projeto piloto de educação financeira nas escolas.** São Paulo, 2012. Disponível em: http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/avaliacao_educacao_financeira_escolas.pdf acesso em: 09 Dez 2017. 10 f.

BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL, O que é dinheiro?, Cadernos BC, série educativa, 2002. Disponível em: < <https://www.bcb.gov.br/Pre/educacao/cadernos/dinheiro.pdf>> Acesso em 23 Nov 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **LDB.** Lei das Diretrizes Bases da Educação. 1996. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

BRAUNSTEIN, S.; WELCH, C. Financial Literacy: an overview of practice, research, and policy. *Federal Reserve Bulletin*, Nov. 2002.

CABRAL, Bárbara Barbosa. Educação Financeira: O primeiro passo para o consumo consciente. **Acadêmico Mundo Multidisciplinar.** Bahia, ano 01, n. 2, Out 13. Disponível em: http://www.academicomundo.com.br/revista_2.html Acesso em 08 Dez 2017.

CARVALHO, V. **Educação matemática:** matemática & educação para o consumo. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação: Educação Matemática) —FE, Unicamp, Campinas (SP). Orientador: Maria do Carmo Domite. Disponível em: <<http://www.cempem.fae.unicamp.br/prapem/mestrado.htm>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

CERBASI, Gustavo. **Pais inteligentes enriquecem seus filhos.** Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

CNC – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor.** 2017. Disponível em: < <https://www.poder360.com.br/wp-content/uploads/2017/01/perfilendividamento2016.pdf>> Acesso em 18 Out 2017.

COELHO, Talita Cristina Freitas. **Educação Financeira para Crianças e Adolescentes.** Juiz de Fora/ DF, 2014.

ENEF – ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. Disponível em: < <http://www.vidaedinheiro.gov.br/>> Acesso em 15 out 2017.

_____. **Orientação para Educação Financeira nas Escolas.** Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/DOCUMENTO-ENEF-Orientacoes-para-Educ-Financeira-nas-Escolas.pdf> Acesso em 01 de Nov de 2017. 31 f.

KASSARDJIAN, Ana Carolina Cervieri, **Educação Financeira Infantil: Como o incentivo a essa prática pode auxiliar na formação de adultos financeiramente mais conscientes.** São Paulo, 2013. 93 f. Disponível em: < <http://www.educacaofinanceira.com.br/tcc/tcc-anacarolina.pdf> > Acesso em 19 Dez 2017.

LUZ, Jefferson Oliveira Cristovão; SANTOS, Marcio Eugen Klingenschmid Lopes. **Educação Financeira para jovens do Ensino Médio.** Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.ufjf.br/emem/files/2015/10/EDUCA%C3%87%C3%83O-FINANCEIRA-PARA-JOVENS-DO-ENSINO-M%C3%89DIO.pdf> Acesso em 03 de Dez de 2017. 9 f.

MARTINS, José Pio. **Educação Financeira ao Alcance de Todos: Adquirindo conhecimentos financeiros em linguagem simples.** 1.ed. São Paulo- SP: Editora Fundamento Educacional, 2004.

MUNDY, Shaun. Financial Education Programmes in School: Analysis of selected current programmes and literature draft Recommendations for best practices. **OCDE journal: General papers**, volume 2008/3. OCDE, 2008.

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Improving Financial Literacy: Analysis of issues and policies.** Paris, 2005. 181 p.

PCN – **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS**, Brasília: MEC/SEF, 1998.

SAITO, A. T.; SAVOIA, J. R. F.; PETRONI, L.M. A educação financeira no Brasil sob a ótica da organização de cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE). São Paulo, 2006. SEMEAD 2006, São Paulo. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/45.pdf> Acesso em: 16 Set 2017.

SANTOS, Adla Carla; SILVA, Maciel, Importância do Planejamento Financeiro no Processo de Controle do Endividamento Familiar: Um estudo de caso nas regiões metropolitanas da Bahia e Sergipe. **Revista Formadores: Vivências e Estudos.** Cachoeira – BA, 2014. 13 f.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis, Paradigmas da educação financeira no Brasil. Revista de Administração Pública - RAP [en line] 2007, 41 (Novembro- Dezembro) : [Acesso em: 20 de novembro de 2017] Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=241016440006>> ISSN 0034-7612

TEIXEIRA, Aline de Oliveira. *et al.* **Vantagens e Desvantagens da implantação da disciplina educação financeira nas escolas de ensino médio na cidade de pinhais – PR.** Pinhais/PR, 2010. 82 p. Disponível em: < http://www.educacaofinanceira.com.br/tcc/curitiba_educacao_financeira.pdf > Acesso em: 22 Dez 2017.